

M. CELIA DE ABREU
MARCOS T. MASETTO

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

Abreu, Maria Célia de.
A146p O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos / M.
8ª ed. Célia de Abreu, Marcos T. Masetto. -- 8ª ed. -- São Paulo : MG Ed.
Associados, 1990

Bibliografia.

1. Administração de sala de aula 2. Educação superior 3. Interação
professor-aluno I. Masetto, Marcos Tarcísio, 1937 - II. Título.

86-0463

CDD-378.12
-378.170282

Índices para catálogo sistemático:

1. Alunos e professores universitários : Relações : Ensino superior 378.12
2. Ensino universitário 378.12
3. Práticas de sala de aula : Ensino superior 378.170282
4. Professores universitários e alunos : Relações : Ensino superior 378.12
5. Relações entre professores e alunos : Ensino superior 378.12
6. Sala de aula : Práticas : Ensino superior 378.170282

O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM AULA:
PRÁTICA E PRINCÍPIOS TEÓRICOS

CAPÍTULO 4

CONTEÚDO DA DISCIPLINA

- I. Qual a Finalidade deste Capítulo?
- II. Qual Critério deve Presidir à Escolha e Definição do Conteúdo de uma Disciplina?
- III. A Escolha do Conteúdo se Relaciona Exclusivamente com os Objetivos?
- IV. Quem deve Participar da Escolha e Definição dos Conteúdos?
- V. Em Conclusão

CONTEÚDO DA DISCIPLINA

I. Qual a Finalidade deste Capítulo?

Talvez o título deste capítulo tenha causado surpresa ao leitor mais observador. Em que medida "conteúdo" pode ser tratado a par de temas referentes aos processos educacionais que ocorrem em sala de aula, se ele é da alçada do especialista na área?

Para a maioria de nossas escolas superiores e de nossos professores, o conteúdo possui uma relevância toda especial; em geral, é o conteúdo da disciplina que define o plano, os exercícios, a avaliação, a escolha dos professores e sua contratação, a importância e a atualidade da mesma disciplina. Em síntese: de modo geral, uma disciplina vale pelo conteúdo que aborda, aprofunda, discute. Professores para ministrá-la são selecionados e contratados pelo domínio teórico e experiencial que possuem sobre seu conteúdo, e é comumente aceita a crença de que "quem sabe o conteúdo daquela disciplina sabe transmiti-lo e sabe ensinar".

Estas e outras situações colaboram para dar e manter o caráter de "absoluto" ou de "principal" para o conteúdo das disciplinas, dentro das faculdades. Cabe-nos, no entanto, questionar esta prioridade e este absolutismo, com alguns problemas como estes: que critérios devem presidir à escolha e definição do conteúdo de uma disciplina? Quem deve participar desta escolha e definição?

E são estes e outros tipos semelhantes de problemas, que são básicos e *estão presentes a qualquer educador*, que nos permitem tratar do conteúdo de uma disciplina junto com temas como aprendizagem significativa, objetivos de um plano pedagógico, relação professor-aluno, etc., sem interferir na área própria do especialista na disciplina.

II. Qual Critério deve Presidir à Escolha e Definição do Conteúdo de uma Disciplina?

Ao levantarmos essa questão, estamos relativizando a importância do conteúdo. Vejam bem: não a estamos negando. Estamos afirmando que o conteúdo não é o ponto inicial donde partimos para definir todos os demais elementos que compõem o processo de aprendizagem. Bem diferente disto: estamos afirmando que os objetivos do processo de aprendizagem, *os objetivos* daquela disciplina dentro do conjunto do mesmo processo e naquele ano ou semestre *são critérios* que devem ser utilizados para se determinar o conteúdo. Isto é, dependendo dos objetivos propostos, os conteúdos são escolhidos, revistos, atualizados, modificados, de tal forma que facilitem o alcance daqueles objetivos. Os conteúdos passam a ser considerados como um dos instrumentos aptos e necessários para que o aluno possa atingir o objetivo proposto. Em conseqüência, ele perde seu caráter de "intocável", porque já foi estabelecido pelo autor fulano de tal, ou porque "assim está definido e organizado em tal e tal bibliografia", ou porque "universidades estrangeiras o apresentam dessa forma", ou porque "isto tem sido dado neste curso, nesta escola, há anos".

Pretendemos afirmar que a ordem lógica, a ordem que pode ter conseqüências coerentes com uma postura educacional, se inicia pela definição dos objetivos de uma aprendizagem; só depois o professor se utiliza de sua situação de especialista no assunto e passa a decidir sobre os pontos ou tópicos que melhor se adaptarão ao curso, encarados como instrumentos para ajudarem o aluno a conseguir aqueles objetivos.

Pode acontecer, por vezes, que o trabalho sobre o conteúdo de uma disciplina nos leve a esclarecer ou mesmo reformular nossos objetivos. Isto faz parte do amadurecimento de um plano que por vezes se realiza num ir-e-vir constante sobre as partes que o compõem. Esse fato, porém, não justifica que os objetivos sejam determinados posteriormente à escolha do conteúdo, ou seja, subordinados a ele.

III. A Escolha do Conteúdo se Relaciona Exclusivamente com os Objetivos?

Todo conteúdo a ser transmitido num curso traz inerente um conjunto de valores. Os filósofos têm-nos levado, cada vez com

mais insistência, a responder à velha questão sobre a neutralidade da ciência ou não, a neutralidade do conteúdo ou não; as respostas a estas indagações apontam para a inexistência de tal neutralidade.

Por exemplo, se baseio o plano de minha disciplina em determinados autores, digamos, apenas autores estrangeiros, trago para debate em sala de aula não apenas suas teorias em si, mas a visão de mundo e de homem, a cultura, a ideologia que são próprias daquele país estrangeiro. Mesmo se apresento em minha disciplina uma problemática tipicamente brasileira, meu próprio posicionamento diante dela, consciente ou inconscientemente, vai influir na escolha de autores e de temas, na ênfase sobre esta ou aquela solução para os problemas, etc.; hoje em dia, já se sabe que esse direcionamento ocorre mesmo que o professor se proponha a uma neutralidade de valores.

Quando o professor opta por enfatizar tal e tal parte do conteúdo, em detrimento de outras, há sempre alguns valores educacionais presidindo a essa opção. Posteriormente, a própria maneira de levar os alunos a dominarem aquele conteúdo é permeada por uma forma de conceber educação. Analogamente, quando um pesquisador opta por esta área, de estudo e não por aquela, alguns valores determinam essa opção.

Por certo que valores, filosofia educacional, maneira de pensar, são fruto de uma interação que se processa entre o professor como indivíduo, um ser único com determinada história de vida e com determinado nível de livre arbítrio, membro de uma determinada sociedade, e a instituição escolar, representada por diferentes pessoas desempenhando diferentes funções, que, de modo geral, se orienta por uma certa concepção de homem, de educação e do mundo; considere-se também como elementos dessa interação complexa os próprios alunos, bem como setores exteriores à instituição escolar, mas com ela relacionados de alguma forma.

IV. Quem deve Participar da Escolha e Definição dos Conteúdos?

Pode até parecer supérfluo este problema, uma vez que, como parâmetro geral, sabemos que os conteúdos são definidos:

- pela escola;
- pelo chefe do departamento;
- pelo chefe da disciplina;

- pelo professor mais antigo da casa naquela disciplina;
- por aquele professor que defendeu uma tese ou escreveu um livro sobre aquele conteúdo;
- pelos manuais adotados pela escola;
- pelos autores ou obras mais recentes, *dernier cris* no país ou no estrangeiro, principalmente neste;
- por aquele que foi *meu* professor naquela disciplina, quando fiz a faculdade.

A nosso ver, porém, outros elementos deveriam ser considerados, para se responder à questão: “quem deve participar da escolha e definição dos conteúdos?” Nossa resposta é: *uma equipe*; esta equipe seria formada por *professores que lecionam a mesma disciplina* para várias turmas (quando houver esta situação), pelo *chefe de disciplina*, pelo *chefe do departamento*, por *professores de disciplinas que precedem ou seguem aquela disciplina* quando se trata de assunto seqüencial, ou pré-requisito, e por *alunos*.

Quando falamos de professores, o primeiro a participar da escolha e definição do conteúdo de uma disciplina deverá ser o próprio professor de classe ou de turma que vai ministrá-la, pois é ele quem vai desempenhar diretamente junto ao aluno a função de trabalhar com aquele conteúdo. Se ele mesmo não tiver participado na escolha, poderá não saber o “porquê” daquele conteúdo, ou achar que o conteúdo deveria ser outro, ou que este ou aquele ponto do conteúdo mereceria maior atenção, situações estas que não o colocarão em condições ideais para atuar no processo de aprendizagem. O professor daquela turma é o primeiro que, tendo participado da escolha e definição do conteúdo, precisa estar convencido da importância, validade e adequação daquele conteúdo para aquela disciplina, para aquela turma.

Acreditamos, porém, que este professor não poderá *sozinho* tomar esta decisão; deverá fazê-lo numa situação de *equipe* com outros colegas. Com efeito, se, dado grande número de alunos, tivermos mais de uma turma para a mesma série, com a mesma disciplina e o mesmo conteúdo, é importante que *todos os professores* que vão ministrá-la discutam juntos e juntos decidam sobre o conteúdo. É fundamental que haja essa harmonia para um adequado aproveitamento das várias turmas de alunos. E, nesta circunstância, há outros fatores relevantes para a aprendizagem dos alunos: o conteúdo será definido com mais precisão, com mais profundidade, com mais

amplidão, e o professor em sala de aula estará muito mais seguro e tranqüilo para desenvolvê-lo juntamente com seus alunos. Sem dúvida que, desta equipe, e com as mesmas finalidades, participará o chefe ou coordenador da disciplina, quando houver.

Há, no entanto, ainda uma outra circunstância a ser considerada: se a disciplina lecionada faz parte de uma seqüência de conteúdos, é fundamental que esta equipe seja enriquecida com, pelo menos, um representante das disciplinas que ministram o conteúdo anterior a ela (principalmente se este anterior se caracterizar como pré-requisito para o atual) e um representante das disciplinas que a seguem (principalmente se este conteúdo atual se caracteriza como pré-requisito para o que vem depois). Isto evitará problemas como o de *presumir* que o aluno já tenha estudado este ou aquele assunto, quando de fato não o fez, e reconstruir o novo conteúdo sobre bases falsas; ou como o de *repetir* mais uma vez aspectos já estudados anteriormente; ou como o de omitir um conteúdo que será necessário para estudo dos conteúdos subseqüentes.

O chefe do departamento, como aquele que possui uma visão de conjunto do curso (seus objetivos, disciplinas, orientações, etc.), para o qual aquele departamento contribuirá com esta determinada disciplina, também deveria participar da escolha e definição do conteúdo mais adequado daquela disciplina. De fato, em última análise, quem responde por aquela disciplina naquele curso é o chefe do departamento ao qual professor e disciplina se acham ligados; e a ele cabe estar atento para que o conteúdo daquela disciplina se integre não só com os objetivos gerais do curso para o qual ela vai colaborar, como com os objetivos gerais da faculdade ou universidade.

A participação dos alunos, sem dúvida, é fundamental também, embora possamos discutir a forma desta contribuição. Dentre os alunos, o monitor pode dar uma contribuição destacada, na sua qualidade de ex-aluna daquela disciplina, especialmente interessado nela.* Na maioria das vezes, porém, a colaboração dos alunos tem aparecido sob forma de avaliação da programação pela classe ao final de cada semestre, onde se percebem os pontos fracos a serem corrigidos, como se podem receber sugestões para o semestre ou ano seguintes. Esta atitude acarretará, sem dúvida, uma aplicação sucessiva de planos que a cada ano ou semestre são refeitos, respondendo cada vez mais às necessidades dos alunos.

* Ver mais referências ao monitor no Capítulo 8, Relação Professor-Aluno.

V. Em Conclusão

Para concluir, acrescentamos apenas um lembrete ao professor. A forma de organização do conteúdo, para apresentá-lo aos alunos, tem uma influência sobre a aprendizagem, dentro de duas perspectivas: motivadora e da própria compreensão; nem sempre a ordem lógica de organização de um conteúdo é a melhor ordem para apresentá-lo à classe; cabe ao professor se perguntar qual a melhor ordem psicológica, ou seja, que vai favorecer os processos mentais superiores de conceituação, reflexão, análise, solução de problemas, ao mesmo tempo que motive o aluno para trabalhar com ele.

Reafirmamos que o conteúdo de um curso se justifica em relação aos objetivos do mesmo, tendo, portanto, uma importância relativa dentro do conjunto do processo educacional. Analogamente, veremos que a escolha das estratégias, o tipo de avaliação ou o tipo de relacionamento estabelecido com a classe se justificam, também, em função dos objetivos do curso. Por esta razão, cabe aos que trabalham especificamente com educação, embora não especialistas na área do conteúdo da disciplina X, expressar alguma posição sobre o tema, sugerindo aos professores universitários de diversas áreas alguns itens referenciais para sua reflexão e posterior ação concreta.